

# EMPREENDEDORES FLUMINENSES: UMA ANÁLISE RECENTE SOBRE EDUCAÇÃO, RENDA E GÊNERO

NOTA TEMÁTICA • Nº48 • NOVEMBRO DE 2017



## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho brasileiro passou por profundas transformações, sobretudo no que tange ao aumento da participação das mulheres. Hoje, correspondem a cerca da metade da população economicamente ativa, e já são aproximadamente 35% dos empreendedores no país<sup>1</sup>.

Apesar dos expressivos avanços, o mercado de trabalho ainda apresenta disparidades entre homens e mulheres: mesmo mais escolarizadas, recebem, em média, 2/3 da remuneração dos homens. Somando-se a isso, no caso dos empreendedores, vários estudos já apontaram diferenças desde os motivos a iniciar o negócio (relacionados à dupla jornada feminina) à remuneração do trabalho.

Esta Nota Temática tem, portanto, o objetivo de analisar o contexto das empreendedoras no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), especialmente no que se refere ao seu perfil laboral e educacional. Para tanto, o método utilizado foi o levantamento e análise de dados secundários, provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C), de janeiro de 2012 a junho de 2017, e da Pesquisa de Perfil do Microempreendedor Individual 2017, realizada pelo Sebrae Nacional, entre fevereiro e abril deste ano.

Este documento divide-se em três seções principais: (i) Panorama Geral – que analisa as desigualdades de gênero no mercado de trabalho (ii) Educação e Renda – que revela indicadores relevantes a diferenciais de rendimento; e, (iii) Microempreendedores Individuais (MEI) fluminenses – que traz dados recentes sobre os MEI no ERJ, explicitando as diferenças entre homens e mulheres.

## PANORAMA GERAL

Grandes transformações sociais ocorridas no Brasil, a partir da década de 1950, como a redução da fecundidade, as mudanças na dinâmica conjugal e familiar, bem como o processo de urbanização, o crescimento do setor terciário da economia, e a elevação dos níveis médios de escolaridade foram fatores determinantes para inserção feminina na divisão

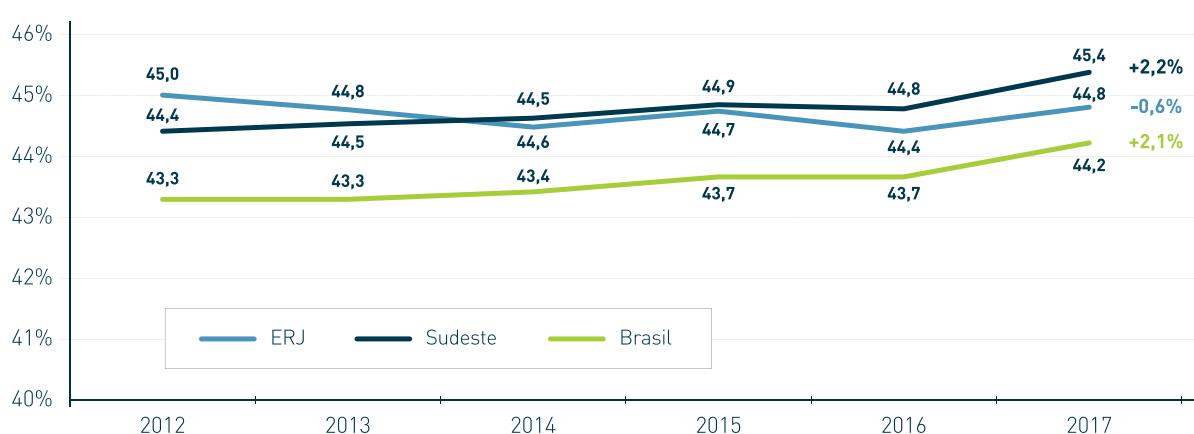
1. Segundo dados da Pnad Contínua, segundo trimestre de 2017, as mulheres representam 32,8% e 34,5% dos empreendedores (empregadores e conta-própria) no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, respectivamente.

social do trabalho. Nesses anos, o crescimento do contingente de mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) foi muito superior ao dos homens: nas últimas seis décadas, a PEA feminina passou de 2,5 milhões, em 1950, para 45,7 milhões, em 2017 (crescimento de 18,2 vezes); a PEA masculina passou de 14,6 milhões para 57,6 milhões (crescimento de 3,7 vezes), no mesmo período – taxa de crescimento similar à da população brasileira que quadriplicou entre 1950 e 2017.

Existe, portanto, um processo de convergência no nível de inserção de ambos os sexos na população economicamente ativa, e que perdura aos dias atuais. O Gráfico 1 revela a evolução da participação das mulheres na PEA no Brasil, Sudeste e no Estado do Rio de Janeiro nos últimos cinco anos.

No Brasil, as mulheres ainda são menos da metade da PEA - representando cerca de 44%. No período de 2012 a 2017, a participação feminina na PEA aumentou tanto na distribuição nacional (2,1%) quanto no Sudeste (2,2%). No ERJ verificou-se certa estabilidade, com um irrisório decréscimo na participação feminina no período – mas, mantendo-se ainda em patamar superior à média nacional.

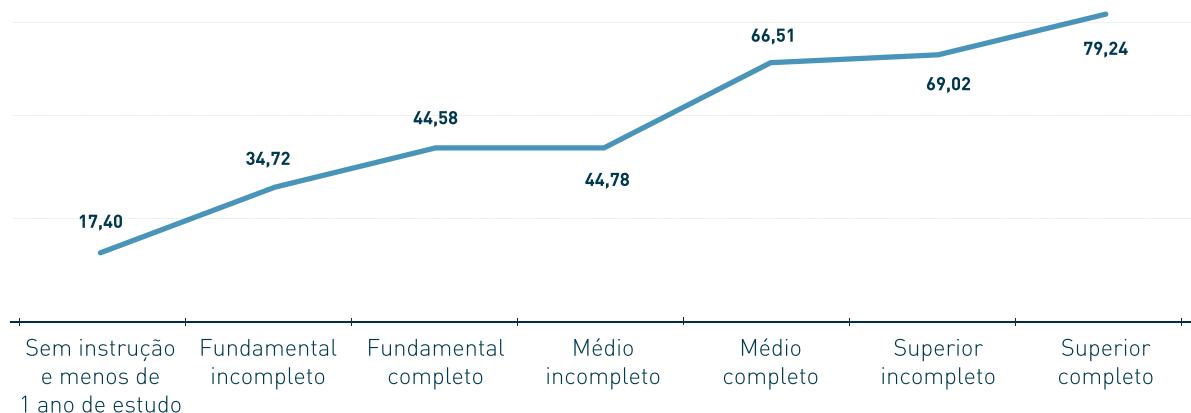
**GRÁFICO 1 | PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS MULHERES NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA): BRASIL, SUDESTE E ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2017\***  
 FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).  
 Nota: Foram considerados os dados do primeiro e segundo trimestre do ano de 2017.



Alguns estudos postulam que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho ocorreu em função da necessidade de uma complementação da renda familiar por parte das mulheres cônjuges ou filhas, especialmente em situação de redução do rendimento per capita domiciliar. Todavia, o argumento não considera que as mulheres aumentaram sua participação em momento de crescimento econômico pujante, e são, principalmente aquelas com maior nível educacional, as que possuem as maiores taxas de atividade.

O Gráfico 2 apresenta as taxas de atividade das mulheres, segundo o nível de escolaridade. Esta análise sugere que há relação positiva entre inserção das mulheres e seu nível educacional. As taxas de atividade crescem significativamente à medida que aumenta a escolaridade, sendo que as mulheres com Ensino Superior completo apresentam taxa próxima a 80% - quase o dobro daquelas que não completaram o Ensino Fundamental.

**GRÁFICO 2 | TAXAS DE ATIVIDADE (%) DAS MULHERES DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE ECONOMICAMENTE ATIVAS, SEGUNDO NÍVEL DE ESCOLARIDADE: BRASIL, 2017\*** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C). Nota: Foram considerados os dados do primeiro e segundo trimestre do ano de 2017.



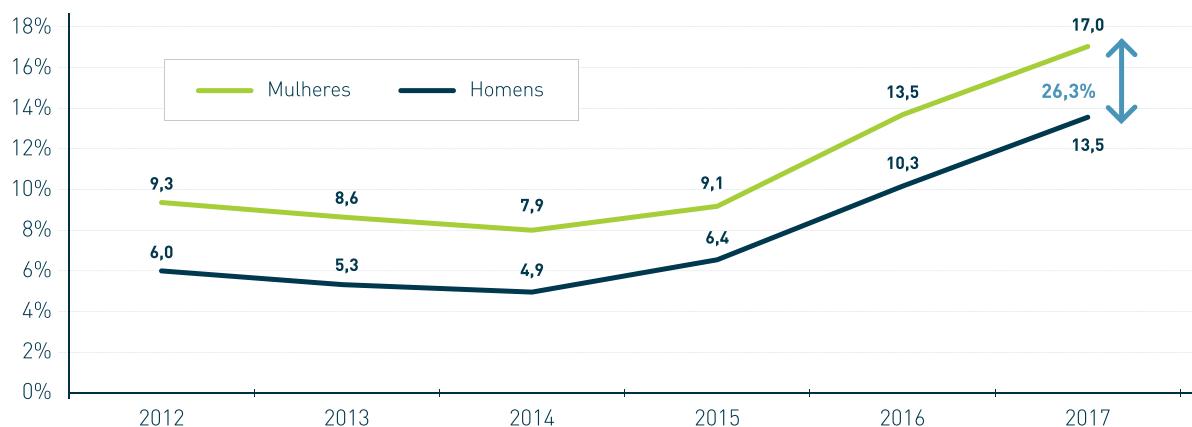
O aumento da participação feminina no mercado de trabalho, contudo, não eliminou problemas de segregação ocupacional e discriminação salarial. A taxa de desemprego é um dos indicadores que apontam assimetria entre os sexos. Sistematicamente, as mulheres apresentam taxas de desemprego superiores às dos homens. No Brasil, a taxa de desemprego das mulheres, hoje, é 15,3%, enquanto a dos homens encontra-se em 11,8%. O que também sugere a persistência das mulheres em procurar ativamente por trabalho.

No Estado do Rio de Janeiro, a taxa de desemprego entre as mulheres também é substancialmente mais elevada que a dos homens. As taxas apresentaram comportamento bastante similar entre 2012 e 2017 – período marcado pela crise econômica e fiscal do Estado. Vale ressaltar que, a partir de 2014, momento de inflexão dos saldos positivo de postos de trabalho, a diferença entre as duas taxas passa de 3 pontos percentuais para 3,5 pontos percentuais – com taxa de desemprego das mulheres 26% maior que a dos homens (ver Gráfico 3). As mulheres sentiram ainda mais do que os homens os efeitos da crise.

## GRÁFICO 3 | TAXA DE DESEMPREGO (%), POR SEXO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2017\*

FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).

Nota: Foram considerados os dados do primeiro e segundo trimestre do ano de 2017.



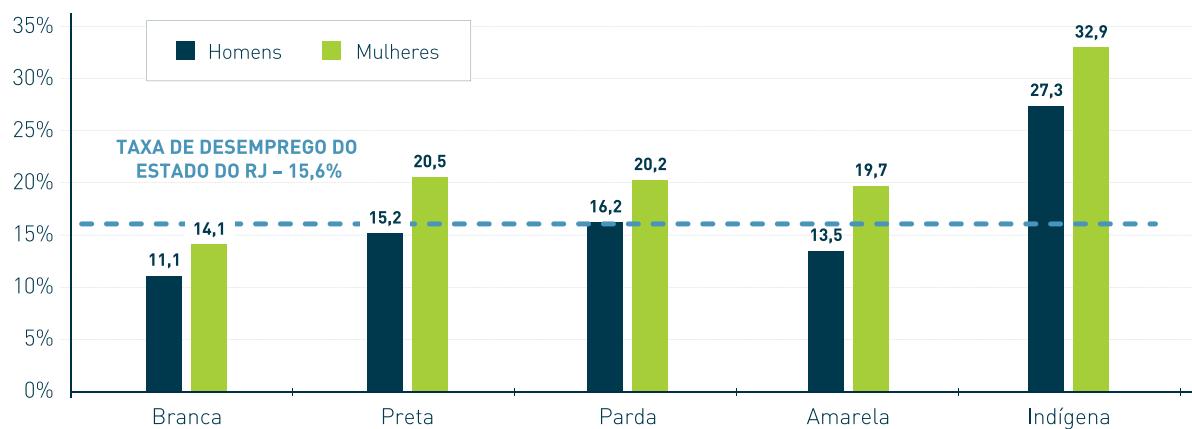
Como dito, o desemprego recai sistematicamente com mais força sobre as mulheres, independentemente da sua escolaridade. Mesmo em níveis mais altos, a disparidade entre as taxas masculinas e femininas se mantém. No caso da população fluminense com ensino superior incompleto, por exemplo, a diferença entre as taxas de desemprego é de 7 pontos percentuais (21,1% de mulheres, contra 14,1% dos homens).

O cenário é ainda mais complexo quando consideradas as desigualdades raciais. O Gráfico 4 revela que, em território fluminense, a menor taxa de desemprego é entre os homens brancos, ao passo que os indígenas, tanto mulheres quanto homens, apresentaram as maiores taxas de desemprego - seguidos de pretos e pardos.

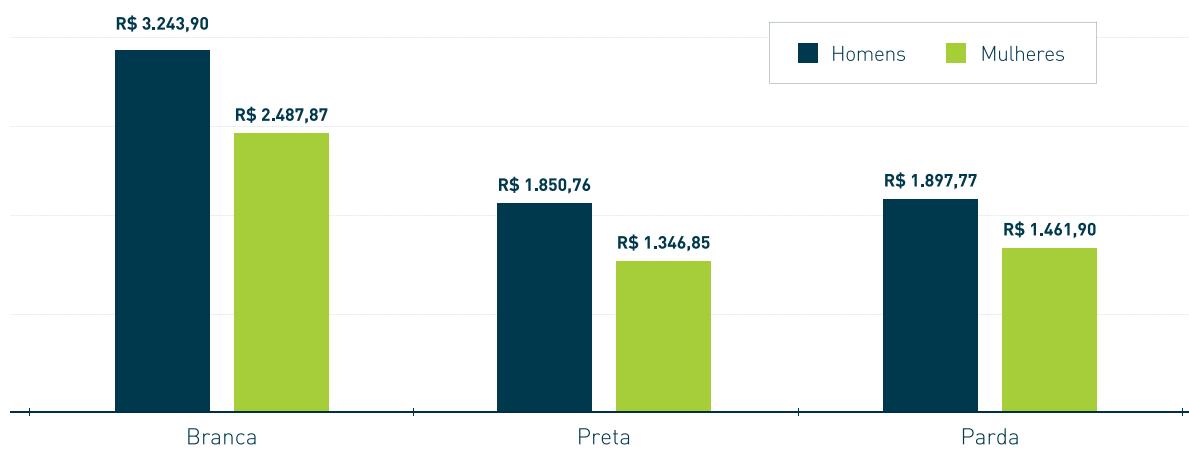
Independentemente da cor ou raça, a taxa de desemprego feminina é maior do que a masculina. Mesmo entre mulheres, o desemprego se comporta de forma bastante desigual: por exemplo, 14,1% das mulheres brancas economicamente ativas encontravam-se desempregadas no segundo trimestre de 2017 – nível abaixo da média estadual, enquanto entre as mulheres negras, pretas ou pardas, a taxa superava 20%.

Os valores de rendimento médio do trabalho também são indicadores que apontam como são complexas as interações entre as desigualdades de gênero e as desigualdades raciais. Os dados mais recentes apontam que o rendimento médio mensal do trabalho principal, no estado, era de R\$ 3.243,87 para os homens brancos, R\$ 1.850,80 para os homens pretos, R\$ 2.487,90 para as mulheres brancas, e R\$ 1.346,85 para as mulheres pretas. Fica evidente que as diferenças de rendimento são ainda mais intensas quando considerada cor ou raça dos ocupados: os negros recebem, em média, quase metade do rendimento percebido pelos brancos – tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Vale ressaltar que estes números são baseados em médias, sem controle de características observáveis.

**GRÁFICO 4 | TAXA DE DESEMPREGO (%), POR SEXO E RACA: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2º TRIMESTRE DE 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).



**GRÁFICO 5 | VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO E RACA: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2º TRIMESTRE DE 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).



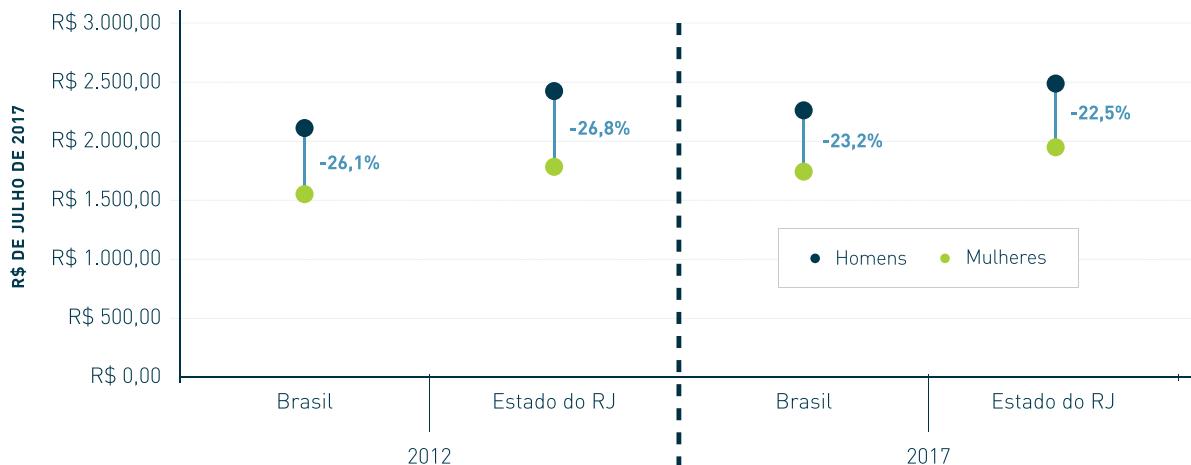
Embora os dados demonstrem que, entre 2012 e 2017, estas desigualdades diminuíram paulatinamente, tanto no Estado do Rio de Janeiro quanto no País, os diferenciais de rendimento de gênero ainda são muito altos. Como ilustrado no Gráfico 6, no ERJ, as mulheres ganham, em geral, 22,5% a menos que o auferido pelos homens, enquanto no Brasil esse diferencial de renda é ainda maior: 23,2%.

Esses números evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a equidade. Não é só de gênero, mas também de raça.

**GRÁFICO 6 | VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO: BRASIL, ESTADO DO RJ, 2012 E 2017\***

FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).

Nota: Foram considerados os dados do primeiro e segundo trimestre do ano de 2017.



Analizando os rendimentos por posição na ocupação, apresentados no Painel 1, os homens auferem rendimentos superiores aos das mulheres em todas as situações. As empreendedoras, tanto as empregadoras quanto as por conta-própria, recebem remuneração abaixo da média brasileira. Observa-se que estes diferenciais entre empreendedores são acentuados, tanto no nível nacional quanto no fluminense.

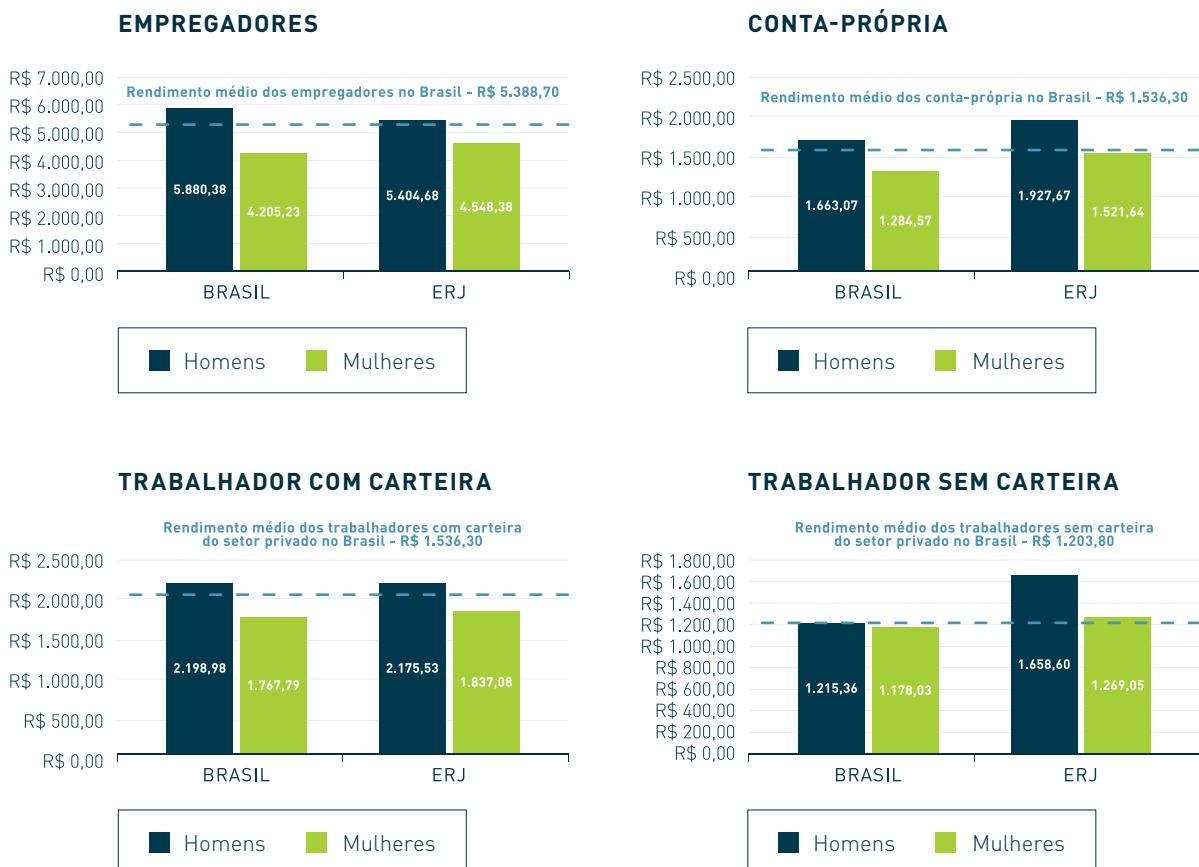
A renda média do trabalho entre os empregadores homens, no Brasil, é a maior observada: R\$ 5.880,38. No Estado do Rio de Janeiro, os empregadores também descontam com as melhores rendas: R\$ 5.404,68 – valor substancialmente maior à média observada entre todos os empreendedores fluminenses: R\$ 2.222,00.

Considera-se que a escolaridade é componente importante de influência nos rendimentos dos trabalhadores, como postula a Teoria do Capital Humano: os rendimentos crescem à medida que a escolaridade aumenta (BECKER, 1964; MINCER, 1974)<sup>2</sup>. Apesar disso, o melhor perfil educacional das mulheres não se traduz, necessariamente, em menores diferenciais de rendimentos em relação aos homens. Por exemplo: ao analisar conjuntamente o Gráfico 7 e Painel 1, verifica-se que, em território fluminense, mesmo apresentando escolaridade mais elevada que a dos homens, elas auferiram rendimentos inferiores, independentemente da posição na ocupação.

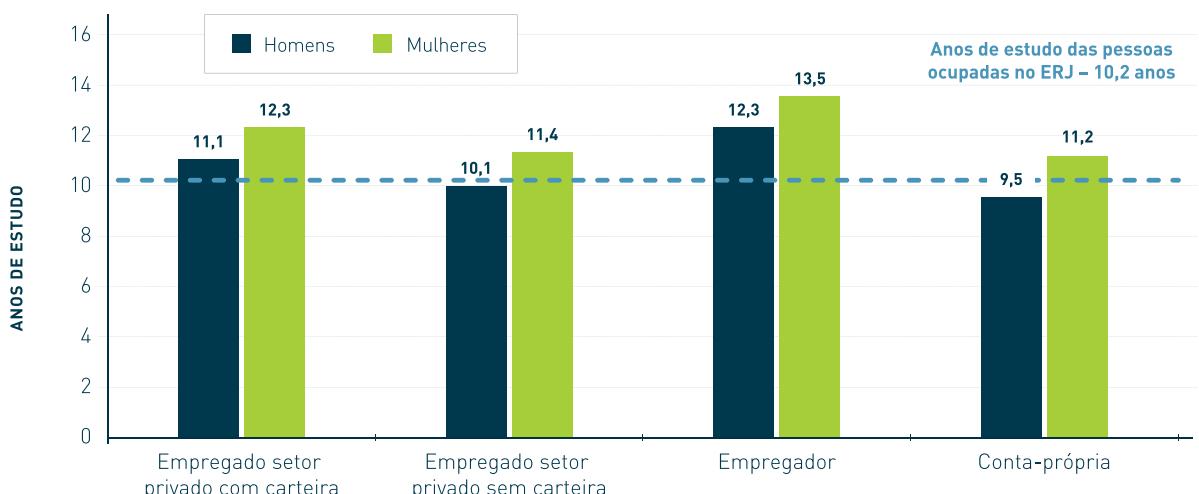
Entre as mulheres ocupadas no Estado do Rio de Janeiro, as trabalhadoras por conta-própria apresentaram menor escolaridade, em número de anos de estudo: cerca de 11 anos.

2. BECKER, G. S. *Human capital : A theoretical and empirical analysis with special reference to education*. Chicago: University of Chicago Press, 1964. MINCER, J. *Schooling, experience, and earnings*. New York: Columbia University Press, 1974.

**PAINEL 1 | VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO: BRASIL, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2º TRIMESTRE 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).



**GRÁFICO 7 | NÚMERO DE ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS OCUPADAS, POR TIPO DE OCUPAÇÃO E POR SEXO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2º TRIMESTRE DE 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).

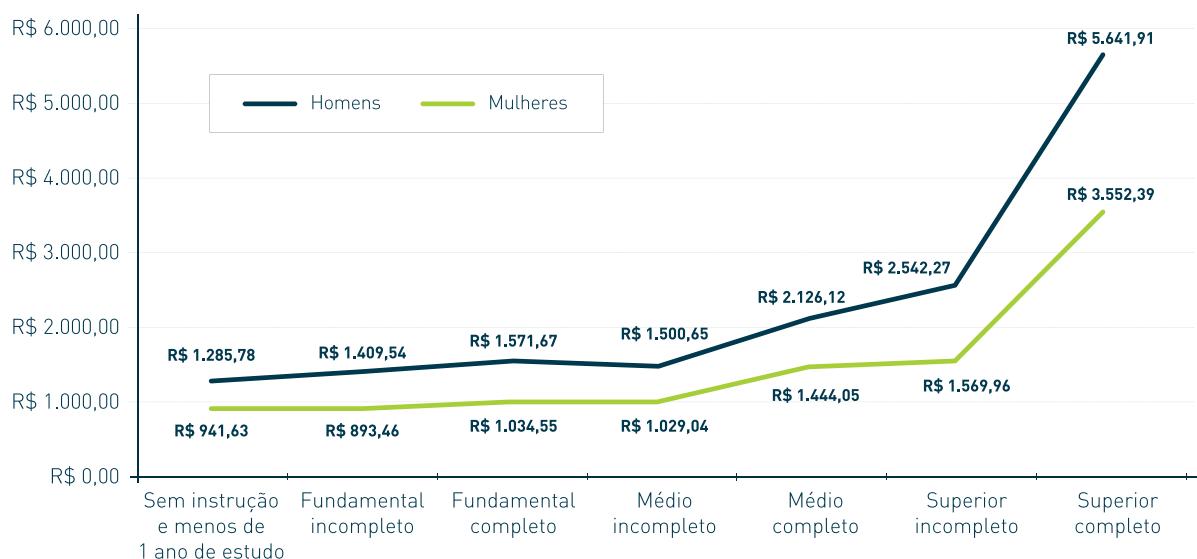


A Teoria do Capital Humano também se aplica, evidentemente, aos empreendedores fluminenses, uma vez que seus rendimentos crescem com o aumento do nível de escolaridade. O Gráfico 8 aponta, contudo, que os retornos da educação parecem ser maiores para os homens – especialmente a partir do nível médio.

No Estado do Rio de Janeiro, as mulheres empreendedoras recebem, em média, 20% a menos do que os homens. Estes diferenciais variam, quando comparados os níveis de escolaridade dos empregadores e conta-própria no estado: as disparidades mais fortes foram registradas na etapa de Ensino Médio Completo; as empreendedoras com esta escolaridade recebem em média 40% a menos do que os homens com mesmo perfil educacional. Há de se sublinhar: para cada R\$ 1 auferido pelos homens, elas recebem somente R\$ 0,60. Diferencial similar também pode ser identificado entre aqueles com Ensino Superior incompleto: -37,8%<sup>3</sup>.

A seção seguinte é analisada a correlação entre os indicadores de educação e renda.

**GRÁFICO 8 | VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREENDEDORES, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2º TRIMESTRE DE 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).

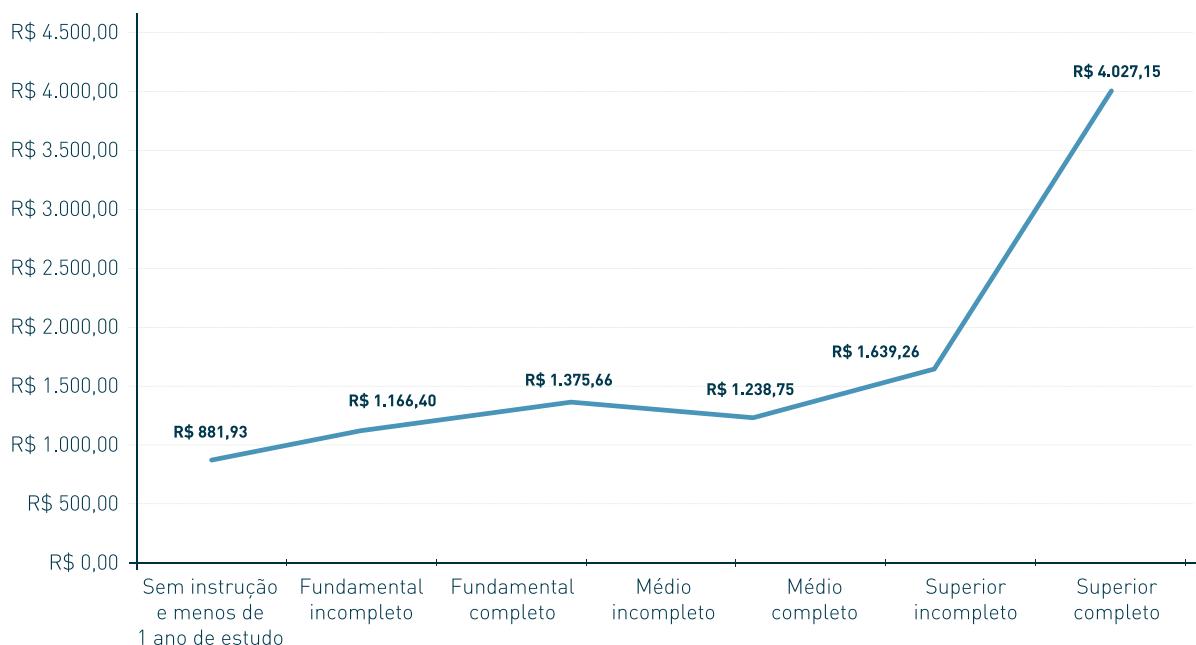


3. As rendas médias não foram calculadas com controle de características observáveis.

## EDUCAÇÃO E RENDA

Tal como posto no caso dos empreendedores, o rendimento médio aumenta à medida que o nível de escolaridade se eleva; obviamente, a mesma relação se aplica ao conjunto dos ocupados no território fluminense. O Gráfico 9 sugere a existência de uma correlação entre a remuneração e o nível de escolaridade.

**GRÁFICO 9 | VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2º TRIMESTRE DE 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).

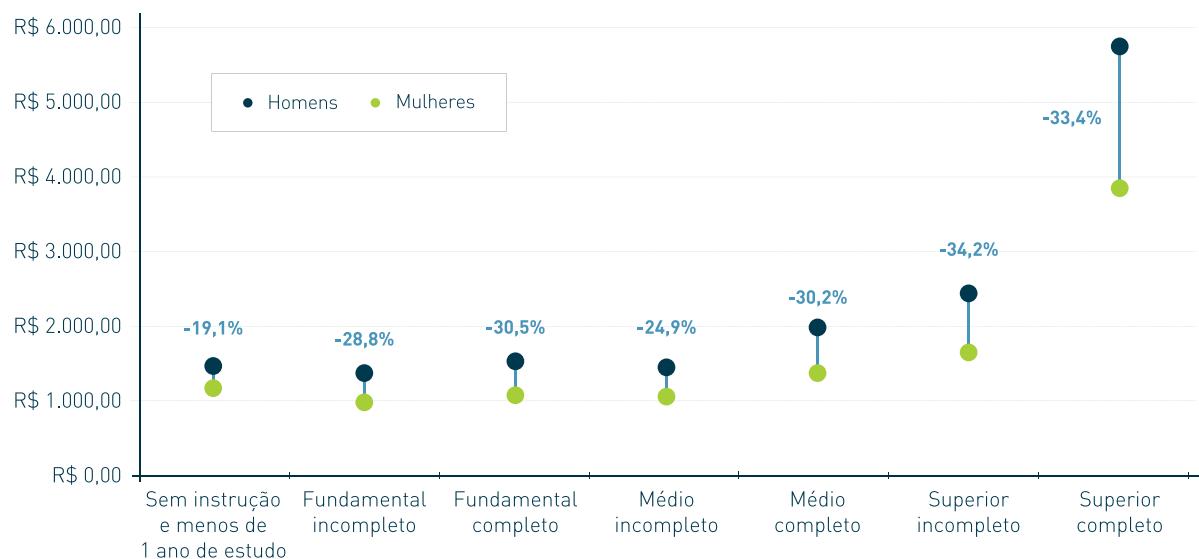


Uma questão bastante relacionada à equação de salários refere-se à situação em que o diferencial de salários teria como fonte as características não produtivas, tais como: sexo e raça, o que seria caracterizado como discriminação no mercado de trabalho.

Como demonstrado na análise descritiva anterior, embora as mulheres sejam mais escolarizadas que os homens, elas recebem menos que eles em termos de rendimento. Mais, esses diferenciais parecem ainda mais acentuados nos níveis mais altos de escolaridade.

Como aponta o Gráfico 10, os diferenciais de renda mais altos entre homens e mulheres ocupados no Rio de Janeiro, foram observados nos níveis mais elevados de escolaridade: Ensino Superior incompleto, e Ensino Superior completo – quando as mulheres recebem, em média, 34,2% e 33,4% a menos que os homens de mesma escolaridade.

**GRÁFICO 10 | DIFERENCIAL DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE: ESTADO DO RJ, 2º TRIMESTRE DE 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).



No entanto, esses dados podem ser generalistas, uma vez que só levam em consideração a média global das remunerações. Para uma análise mais robusta, a fim de entender os diferenciais de renda com controle da escolaridade, foram calculadas regressões, utilizando modelo linear.

A análise de diferenciais de rendimentos se faz pertinente, uma vez que se podem controlar algumas características produtivas entre os grupos analisados. Isto é, a análise é mais fidedigna, no sentido que estão sendo comparados indivíduos com as mesmas características produtivas. Neste caso, optou-se por comparar os rendimentos de homens e mulheres, considerando o mesmo número de anos de estudo.

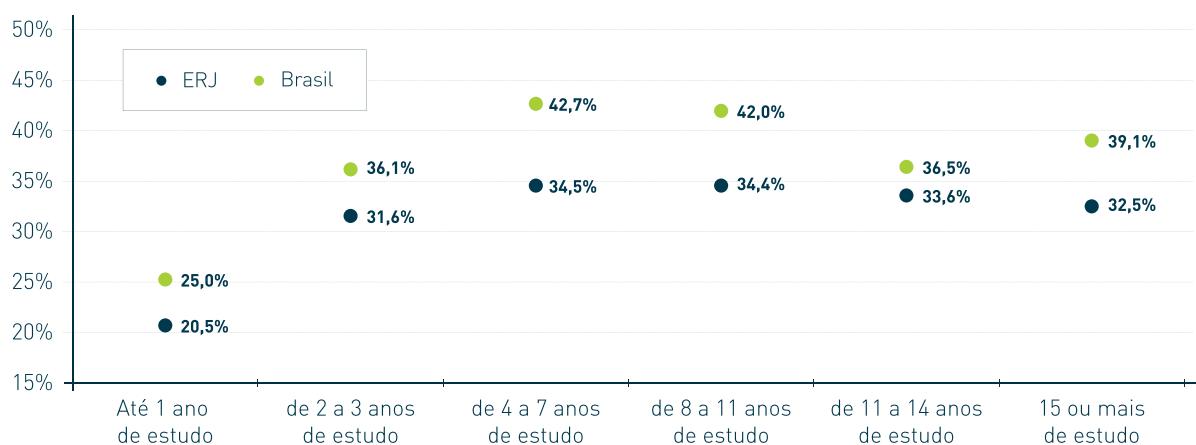
Para o cálculo, foram considerados quatro grupos populacionais: (1) população ocupada no Brasil; (2) população ocupada no ERJ – summarizados no Gráfico 11; (3) empreendedores no Brasil; (4) empreendedores no ERJ – summarizados no Gráfico 12. Em todos os modelos analisados, verifica-se que, independentemente do nível educacional, o coeficiente da regressão é positivo – indicando que os homens têm remuneração do trabalho maior do que as mulheres de mesmo perfil educacional, em todos os casos.

Analizando-se os diferenciais entre a população ocupada, com o controle de escolaridade, verifica-se que a diferença é menor entre as pessoas com menor escolaridade (até 1 ano de estudo). Nessa faixa, os homens ganham 25% e 20,5% a mais que mulheres, no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, respectivamente.

Já os maiores coeficientes, ou seja, os maiores diferenciais dos rendimentos do trabalho de homens e mulheres foram identificados entre as pessoas com 4 a 7 anos de estudo (ou Ensino Fundamental incompleto).

Os coeficientes tendem a diminuir, timidamente, após 8 anos de estudo. Contudo, o Gráfico 11 ilustra como, de forma geral, os diferenciais são altos e alarmantes mesmo com controle da escolaridade, sobremaneira em nível nacional.

**GRÁFICO 11 | DIFERENCIAL DE REMUNERAÇÃO DO TRABALHO ENTRE HOMENS E MULHERES, COM CONTROLE DA ESCOLARIDADE: BRASIL E ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2º TRIMESTRE DE 2017**

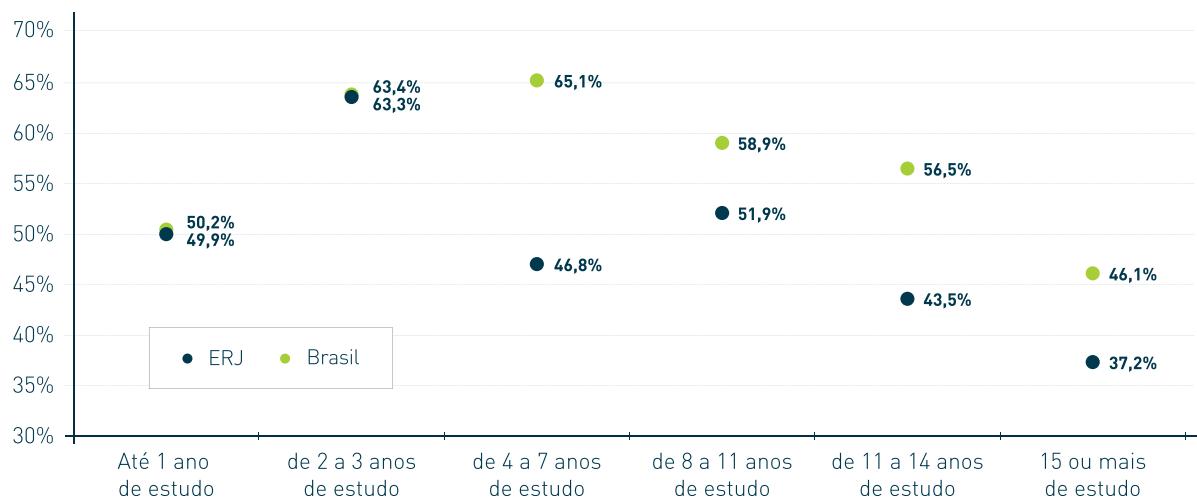


Especificamente no caso dos empreendedores, verifica-se que a inclusão do controle por escolaridade reduz os diferenciais de renda entre homens e mulheres, a partir da faixa de 8 a 11 anos de estudo – correspondente ao Ensino Médio.

O Gráfico 12 ilustra os coeficientes obtidos por meio das regressões, e indicam que os diferenciais de rendimento entre empreendedores são bastante superiores aos encontrados para o total de ocupados (Gráfico acima). Os menores diferenciais foram encontrados na faixa de escolaridade mais elevada, mais de 15 anos de estudo (equivalente a pós-graduação), ainda assim, bastante acentuados: 37,2%, no ERJ e 46,1%, no Brasil.

De forma geral, os resultados sugerem que, entre os empreendedores, tanto no país, quanto em terras fluminenses, a educação apresenta grande influência na redução dos diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres – embora não sejam capazes de eliminar as disparidades.

**GRÁFICO 12 | DIFERENCIAL DE REMUNERAÇÃO DO TRABALHO ENTRE OS EMPREENDEDORES HOMENS E MULHERES, COM CONTROLE DA ESCOLARIDADE: BRASIL E ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2º TRIMESTRE DE 2017**



A seção seguinte analisa microempreendedores individuais, levando em conta a proeminência deste grupo desde 2009, e a rápida e contínua evolução do número de registros.

**MEI FLUMINENSES**

De acordo com o Portal do Empreendedor, em setembro de 2017, o Brasil registrava 7,3 milhões MEI formalizados. No Estado do Rio de Janeiro, 907.464 pessoas enquadravam-se como optantes do sistema de tributação do microempreendedor MEI – com distribuição entre os sexos simétrica: 50,1% de mulheres, e 49,9% de homens.

A distribuição de registros entre as atividades econômicas no Portal do Empreendedor é, no entanto, bastante diferente entre homens e mulheres. A Tabela 1 aponta as dez atividades mais frequentes dos MEI por sexo, no Estado do Rio de Janeiro. As mulheres estão substancialmente concentradas em atividades relacionadas a vestuário, beleza e alimentação, atividades ditas femininas – sendo que mais de ¼ delas estão registradas em “comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios” (13,4%) ou “cabeleireiros” (13,2%). Já os homens, formalizados como MEI, encontram-se mais pulverizados ao longo da distribuição de atividades econômicas, com certa concentração em atividades ligadas à construção, alimentação e serviços de reparação – com especial destaque para obras de alvenaria (7,8%).

**TABELA 1 | RANKING DAS DEZ ATIVIDADES MAIS FREQUENTES ENTRE OS MEI: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base Portal do Empreendedor (setembro 2017).

POSIÇÃO	MULHERES		HOMENS
1º	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	13,4%	Obras de alvenaria
2º	Cabeleireiros	13,2%	Instalação e manutenção elétrica
3º	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	5,7%	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4º	Outras atividades de tratamento de beleza	4,5%	Cabeleireiros
5º	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	3,1%	Serviços ambulantes de alimentação
6º	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	2,5%	Comércio varejista de bebidas
7º	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	2,4%	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
8º	Promoção de vendas	2,3%	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
9º	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	2,2%	Serviços de pintura de edifícios em geral
10º	Serviços ambulantes de alimentação	2,0%	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores

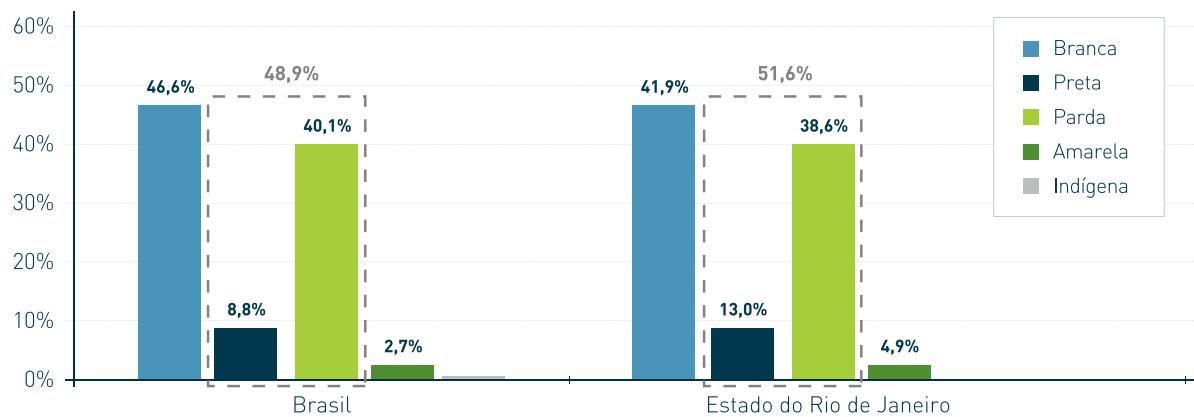
Uma pesquisa realizada pelo Sebrae Nacional, entre fevereiro e abril de 2017, traçou o perfil dos MEI em cada estado do Brasil. Ao todo, foram realizadas 10.328 entrevistas com a aplicação de um questionário único e semiestruturado, via contato telefônico (ou CATI - *Computer-assisted telephone interviewing*). A seleção da amostra foi definida por meio de uma listagem fornecida pelo Sebrae.

Do Estado do Rio de Janeiro, foram entrevistados 384 empreendedores – destes, 52,4% eram mulheres (distribuição próxima àquela registrada no Portal do Empreendedor). Mais da metade da amostra, correspondente ao Estado do Rio de Janeiro, era representada por negros (51,6% eram pretos ou pardos), e em 41,9%, composta por brancos.

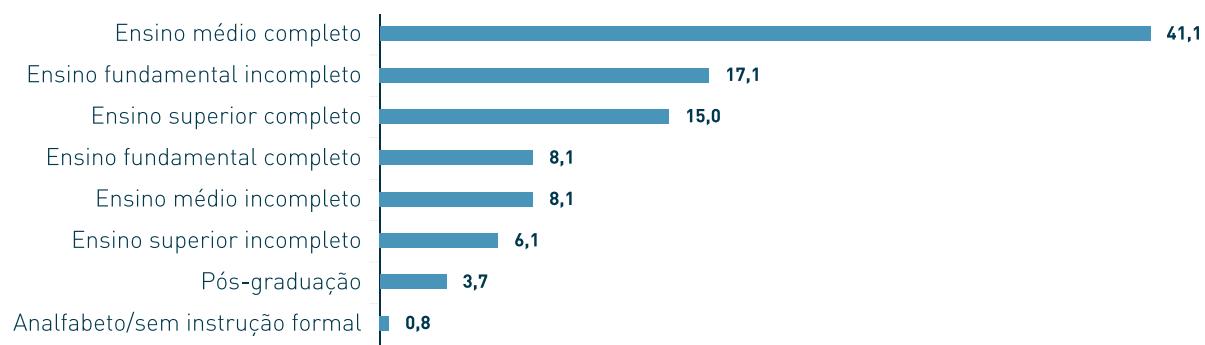
O Gráfico 14 mostra que a escolaridade dos empreendedores registrados como MEI é superior à média dos conta-própria fluminenses: 41,1% dos entrevistados têm Ensino Médio Completo, e 15% possuem Ensino Superior completo. Essa distribuição é bem semelhante à verificada nacionalmente na pesquisa.

4. O reduzido tamanho da amostra, contudo, limitou análises mais estratificadas por sexo e raça.

**GRÁFICO 13 | DISTRIBUIÇÃO DOS MEI, POR RACA OU COR: BRASIL, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional de Microempreendedores (Sebrae/MEI).  
Nota: Foram suprimidos dos gráficos os que não souberam responder ( 1,2% - Brasil e 1,6% - Estado do Rio de Janeiro).



**GRÁFICO 14 | DISTRIBUIÇÃO DOS MEI (%), POR ESCOLARIDADE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017** IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional de Microempreendedores (Sebrae/MEI).



Tal como nas estimativas anteriores, entre os fluminenses registrados como MEI, a educação em geral apresentou uma relação direta e positiva com os rendimentos do trabalho: quanto maior o nível de escolaridade, maiores os rendimentos do trabalho - especialmente para aqueles com Ensino Superior e Pós-Graduação. O Gráfico 15 sugere, no entanto, uma exceção à linearidade, ao nível de Ensino Médio incompleto. Para estes microempreendedores individuais, a remuneração média (R\$ 2.446,58) é menor que daqueles com nível de escolaridade inferior. Certamente, há outros fatores que podem influenciar estes resultados como a atividade econômica, tipo de estabelecimento, local de comercialização, horas trabalhadas, entre outros.

Nota-se, ainda, que entre os microempreendedores individuais a renda média reportada é superior ao que seria a média mensal do teto de MEI: R\$ 5.000 por mês, considerando um valor global de R\$ 60.000,00 ao ano. Entretanto, há de se considerar que esses valores são variantes mês a mês, e a pesquisa refere-se somente aos meses de fevereiro a abril de 2017.

**GRÁFICO 15 | REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS MEI, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional de Microempreendedores (Sebrae/MEI).



No Estado do Rio de Janeiro, a remuneração média total informada foi R\$ R\$ 3.672, pouco abaixo da média nacional: R\$ 3.869. Entre os entrevistados, também foram identificadas distorções entre as remunerações médias percebidas por homens e mulheres, embora sejam substancialmente menores que as médias do mercado de trabalho em geral. O Gráfico seguinte indica que, das áreas geográficas analisadas, a região Sudeste apresentou os menores diferenciais entre os sexos, ao passo que estado fluminense revelou que, na média, os homens registrados como MEI possuem renda 16,6% maior que das mulheres na mesma posição de ocupação.

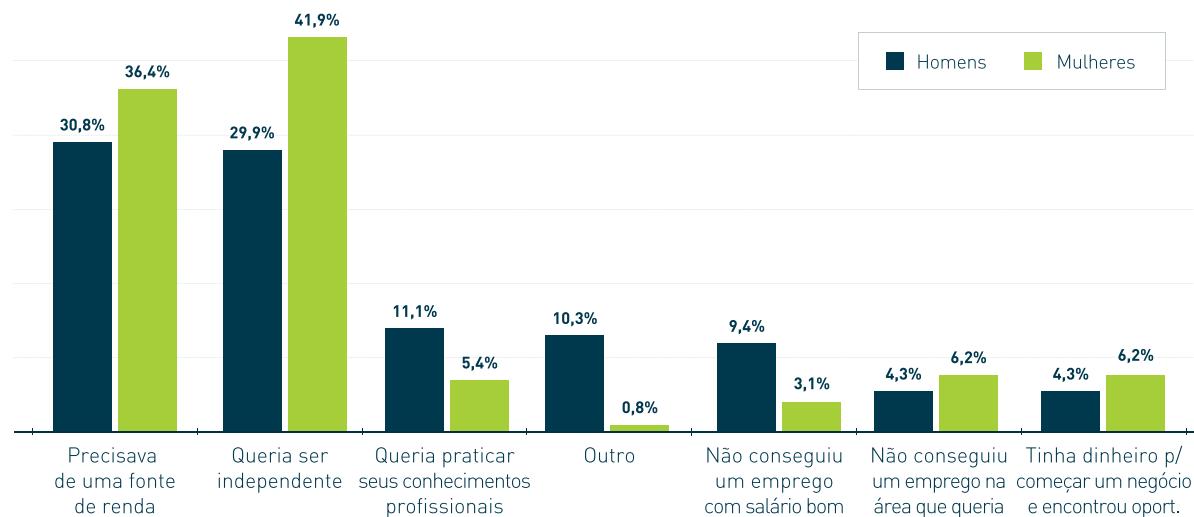
**GRÁFICO 16 | REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS MEI, POR SEXO: BRASIL, REGIÃO SUDESTE, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional de Microempreendedores (Sebrae/MEI).



Além da remuneração auferida, as diferenças entre homens e mulheres, na posição de microempreendedores individuais, também estão presentes em relação aos fatores que influenciaram a abertura do negócio, a formalização como MEI e a propensão à inadimplência. Para as mulheres entrevistadas, do Estado do Rio de Janeiro, o principal motivo para empreender foi independência, que pode estar relacionada a questões como autonomia, flexibilidade na jornada de trabalho e ao tipo de atividade. Para os homens, a independência também se mostrou como motivo relevante, mas o principal foi a necessidade de renda.

Considerando a junção de três motivos listados como necessidade de renda, baixos salários e dificuldade de emprego na área de atuação, tem-se o grupo de microempreendedores individuais que se inseriram ao “empreendedorismo por necessidade”, e os dados são bem marcantes: verifica-se, no estado, que essa razão motivou 45,7% das mulheres, e 44,5% dos homens. Esse conjunto de fatores denota com força a precarização do mercado de trabalho.

**GRÁFICO 17 | DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MEI, POR SEXO, SEGUNDO MOTIVO DE ABERTURA DO NEGÓCIO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional de Microempreendedores (Sebrae/MEI).



Particularmente em relação à formalização de registro como MEI, as mulheres fluminenses apontaram como incentivo os benefícios de previdência, levando em conta questões de longo prazo, como aposentaria e saúde. Por elas, a formalização jurídica foi citada na sequência. Entre os homens este foi o motivo mais citado, em 39% dos casos. Pode-se dizer que, no Estado do Rio de Janeiro, tanto homens e mulheres, registrados como MEI, veem a formalização como questão importante ao negócio, e podem ter encontrado a partir do MEI esta oportunidade. Na Tabela 2, os benefícios do INSS e formalização empresarial foram os motivos mais citados por mais da metade dos respondentes do Estado do Rio de Janeiro.

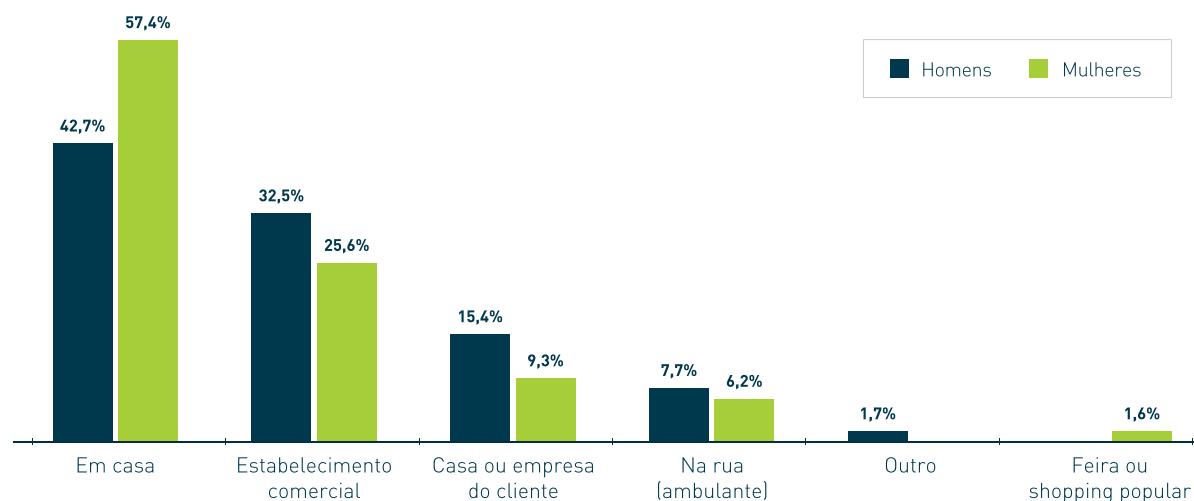
Para os homens, outro motivo que merece destaque para registro de MEI foi a possibilidade de emitir nota fiscal. Tal motivação pode estar relacionada com a concentração destes microempreendedores em atividades econômicas como prestação de serviços que requerem emissão de nota fiscal. Já entre as mulheres, o poder de barganha com fornecedores (compras mais baratas e de melhor qualidade), possibilitado pelo CNPJ, foi o terceiro motivo mais apontado, em mais de 15% das respostas. Isso também pode estar relacionado ao tipo de atividade, uma vez que as microempreendedoras fluminenses estão majoritariamente concentradas no comércio varejista e de beleza.

**TABELA 2 | DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MEI, POR SEXO, SEGUNDO PRINCIPAL MOTIVO PARA REGISTRO COMO MEI: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional de Microempreendedores (Sebrae/MEI).

INDICADOR	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Benefícios do INSS	26,36	15,38	21,14
Ter uma empresa formal	24,03	39,32	31,30
Possibilidade de fazer compras mais baratas/melhores	15,50	7,69	11,79
Outro	13,18	4,27	8,94
Possibilidade de crescer mais como empresa	6,20	0,85	3,66
Possibilidade de emitir nota fiscal	4,65	17,09	10,57
Indicação/recomendação do meu empregador	3,10	2,56	2,85
Evitar problemas com a fiscalização/prefeitura	2,33	3,42	2,85
Possibilidade de aceitar cartão de crédito/débito	2,33	1,71	2,03
Custo de formalizar é muito barato/de graça	1,55	1,71	1,63
Possibilidade de vender para outras empresas	0,78	1,71	1,22
Conseguir empréstimo como empresa	0,00	2,56	1,22
Facilidade de abrir a empresa	0,00	1,71	0,81
Possibilidade de vender para o governo	0,00	0,00	0,00

Ainda segundo os dados da Pesquisa de Perfil do MEI, observa-se que a maioria, em território fluminense, exerce suas atividades sem ponto fixo próprio para o negócio: seja trabalhando em domicílio (57,4% das mulheres, e 42,7% dos homens) ou no domicílio/empresa do cliente (9,3% e 15,4%, respectivamente). Cabe notar ainda que, apesar da formalização do CNPJ, um bom número dos entrevistados, registrados nessa posição, ainda desenvolvem suas atividades com infraestrutura incipiente: 7,7% dos homens, e 6,2% das mulheres são ambulantes ou trabalham na rua. À margem destes números, para cerca de 1/3 dos homens e 1/4 das mulheres o local de trabalho é em estabelecimento comercial específico, designado para a atividade.

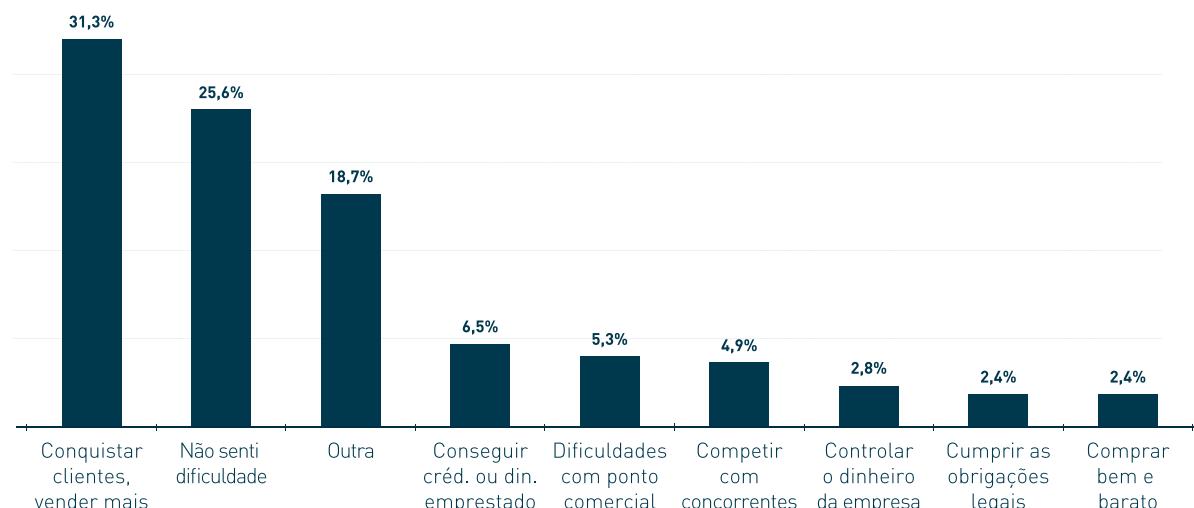
**GRÁFICO 18 | DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MEI, POR SEXO, SEGUNDO LOCAL DE TRABALHO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional de Microempreendedores (Sebrae/MEI).



A dificuldade de expandir as vendas e o mercado consumidor, declarada por mais de 30% dos microempreendedores individuais entrevistados, pode estar relacionado justamente ao fato de trabalharem dentro do próprio domicílio. Embora a propaganda “boca a boca” seja eficiente e possua algum poder de influência, não tem a mesma força que um estabelecimento comercial. Outras dificuldades relacionadas a questões financeiras também foram apontadas, como: acesso a crédito, controle das finanças empresariais, e gestão do ponto comercial.

Por outro lado, de acordo com Gráfico 19, um em cada quatro MEI não manifestou qualquer dificuldade no dia a dia do negócio.

**GRÁFICO 19 | DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MEI, SEGUNDO PRINCIPAL DIFICULDADE QUE ENFRENTA NO DIA A DIA DO NEGÓCIO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional de Microempreendedores (Sebrae/MEI).



Outro problema enfrentado no cotidiano dos MEI respondentes, do Estado do Rio de Janeiro, é a capacidade de se manter em dia com os boletos mensais de contribuição. Como se verifica na Tabela 3, pelo menos metade deles admitiu que já deixara de pagar o boleto mensal em algum momento (50,8%), e quase 38% deles não estavam em dia com os boletos, em situação de inadimplência. Os dados da pesquisa sugerem que os homens costumam ser mais inadimplentes que as mulheres: 59% deles revelaram ter incorrido na inadimplência em algum momento.

Considerando que grande parcela dos entrevistados não respondeu à questão de inadimplência corrente, há chance que estes números de inadimplência sejam ainda mais elevados que identificados aqui.

**TABELA 3 | DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MEI, POR SEXO, SEGUNDO INADIMPLÊNCIA: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017** FONTE: IETS/ Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional de Microempreendedores (Sebrae/MEI).

INDICADOR	MULHERES	HOMENS	TOTAL
<b>JÁ DEIXOU DE PAGAR ALGUM BOLETO MENSAL DO MEI</b>			
Sim	43,41	58,97	50,81
Não	55,81	39,32	47,97
Meu contador que faz isso pra mim	0,78	0,00	0,41
Não sabe avaliar	0,00	1,71	0,81
<b>ESTÁ EM DIA COM OS BOLETOS MENSAIS DO MEI</b>			
Sim	6,20	17,95	11,79
Não	35,66	40,17	37,80
Meu contador que faz isso pra mim	0,78	0,00	0,41
Não sabe avaliar	0,78	0,85	0,81
Não resposta	56,59	41,03	49,19

## EM RESUMO

A Nota Temática nº 48 traçou um retrato sobre as empreendedoras fluminenses, especialmente no que se refere à educação e à renda do trabalho. Com dados recentes da Pnad Contínua e da Pesquisa de Perfil dos MEI, este estudo revelou que, apesar dos grandes avanços a favor da emancipação feminina, da maior audiência dos debates feministas, e dos esforços e ações voltadas à promoção de igualdade de oportunidades, ainda são alarmantes as desigualdades entre homens e mulheres.

No mercado de trabalho, elas já representam praticamente metade da população economicamente ativa. Apesar de sua grande participação e importância na geração de produção nacional e estadual, as mulheres possuem as maiores taxas de desemprego e recebem as menores remunerações. As estimativas realizadas, aqui, sugerem que as mulheres recebem, em média, cerca de 30% a menos que os homens, tanto em nível nacional quanto estadual.

Conforme demonstrado nesta Nota, no geral, os valores observados da remuneração do trabalho estão diretamente e positivamente relacionados com o nível educacional dos trabalhadores. Todavia, as mulheres recebem menos que os homens, seja qual for seu nível educacional. Diante do cenário exposto, pode-se indicar a presença de um componente discriminatório no mercado de trabalho.

As desigualdades de renda também são presentes independentemente da sua posição de ocupação. Os menores diferenciais de rendimento entre homens e mulheres foram observados entre os empregados sem carteira de trabalho. O dado, contudo, não pode ser levado como positivo, tendo em vista as condições subalternas que a informalidade proporciona. No conjunto dos empregados e dos conta-própria, as mulheres ainda apresentam remunerações bem abaixo da média nacional.

Entre os MEI fluminenses, a remuneração média das mulheres também é inferior à dos homens, embora com discrepância menor em relação ao percebido no mercado de trabalho como um todo. Como microempreendedoras individuais, elas buscam autonomia para trabalhar, renda adequada, e desenvolver atividades compatíveis a sua área de atuação. Concentram-se, fortemente, em atividades econômicas relacionadas ao comércio varejista de vestuários e de beleza.

Em suma, um melhor perfil educacional e aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, sejam empreendedoras ou não, não tem mitigado de forma contundente os diferenciais de rendimentos: Continuam marcantes – o que reflete persistente desigualdade de gênero. Várias outras questões estão envolvidas neste tema, como a relação entre trabalho doméstico e trabalho produtivo e a do uso do tempo, e também precisam ser exploradas e analisadas.

Especificamente, para as mulheres fluminenses, pauta-se a necessidade de políticas direcionadas ao aumento da produtividade das mulheres que almejam empreender – considerando, ainda, a forte influência que a escolaridade apresentou sobre seus rendimentos. Uma proposição de ação pode incluir a formação de redes de empreendedoras locais. As redes, construídas a partir de aplicativo próprio, por exemplo, poderiam ser ambiente de troca, de forma contínua e permanente, experiências, formarem associações, formais ou não, para compra, venda, além de favorecer a resolução de problemas, entre outras questões.

**E MAIS...**

Acompanhar e analisar os indicadores relacionados às empreendedoras é absolutamente relevante – não só pelo contexto atual em que se inserem (parte dos resultados foi revelada nesta publicação), mas por sua inserção nas Políticas Públicas de fundamental importância no Brasil e no mundo:

- A Agenda 2030 inclui as empreendedoras nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), tanto na observância do ODS 8 que incentiva a formalização e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas, quanto no ODS 5 que prevê direitos iguais aos recursos econômicos, além do aumento do uso de tecnologias de base, em particular das TIC, para promover o papel social das mulheres.
- O apoio ao empreendedorismo, por meio de assistência técnica, acesso a crédito, e mecanismos para comercialização de sua produção, é uma das linhas de ações para a promoção da autonomia econômica das mulheres, contida na Política Nacional de Políticas para Mulheres, do Governo Federal.

## ANEXO

**ESPECIFICAÇÃO DO MODELO LINEAR SOBRE DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS**

Para estimar o diferencial de remuneração do trabalho entre homens e mulheres, com controle da escolaridade, foi utilizado o modelo linear, Log-level:

1.  $\widehat{\ln(y)}$  escolaridade<sub>1</sub> =  $\beta_0 + \beta_1 \text{Ind}_{\text{sexo}}$
2. (  $\widehat{\ln(y)}$  ) escolaridade<sub>2</sub> =  $\beta_0 + \beta_1 \text{Ind}_{\text{sexo}}$
3.  $\widehat{\ln(y)}$  escolaridade<sub>3</sub> =  $\beta_0 + \beta_1 \text{Ind}_{\text{sexo}}$
4. (  $\widehat{\ln(y)}$  ) escolaridade<sub>4</sub> =  $\beta_0 + \beta_1 \text{Ind}_{\text{sexo}}$
5. (  $\widehat{\ln(y)}$  ) escolaridade<sub>5</sub> =  $\beta_0 + \beta_1 \text{Ind}_{\text{sexo}}$
6.  $\widehat{\ln(y)}$  escolaridade<sub>6</sub> =  $\beta_0 + \beta_1 \text{Ind}_{\text{sexo}}$

Em que:

$\ln(Y)$  escolaridade<sub>1</sub> é o logaritmo natural do rendimento das pessoas com até 1 ano de escolaridade.

$\ln(Y)$  escolaridade<sub>2</sub> é o logaritmo natural do rendimento das pessoas com 2 a 3 anos de escolaridade.

$\ln(Y)$  escolaridade<sub>3</sub> é o logaritmo natural do rendimento das pessoas com 4 a 7 anos de escolaridade.

$\ln(Y)$  escolaridade<sub>4</sub> é o logaritmo natural do rendimento das pessoas com 8 a 11 anos de escolaridade.

$\ln(Y)$  escolaridade<sub>5</sub> é o logaritmo natural do rendimento das pessoas com 11 a 14 anos de escolaridade.

$\ln(Y)$  escolaridade<sub>6</sub> é o logaritmo natural do rendimento das pessoas mais de 15 anos de escolaridade.

A variável  $\text{Ind}_{\text{sexo}}$  é uma variável indicadora em que:

$\text{Ind}_{\text{sexo}} = 0$  se a pessoa for mulher;

$\text{Ind}_{\text{sexo}} = 1$  se a pessoa for homem.

Assim, os coeficientes podem ser interpretados da seguinte forma: se a pessoa for homem aumenta em x% a renda.